

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Seguindo a tendência já em curso no mundo globalizado, o Estado brasileiro, desde os anos 1990, vem-se reconfigurando no sentido da redução da intervenção direta e do fortalecimento das instituições de fomento e de regulação. Num grande número de áreas, vai-se retirando da execução para assumir papéis de articulador das diferentes forças sociais, árbitro de conflitos e fomentador da universalização de bens e serviços. Espera-se, ainda, que ocupe um espaço crítico de proteção da cidadania contra o esbulho, a violência e o arbítrio dos mais poderosos.

O cumprimento dessas funções requer uma nova configuração da estrutura do Estado, bem como a capacitação de quadros para lidar com a nova agenda de expectativas e pressões. Quanto maior a vulnerabilidade da cultura política aos desequilíbrios na distribuição de poder, maiores os desafios de compensar esses desequilíbrios, seja mediante a concepção da estrutura da agência, seja pelo seu funcionamento, com destaque para a transparência do processo decisório.

A par do arcabouço legal que baliza os procedimentos de cada agência, ganha importância o próprio modo de operação. Nesses se incluem a ampla divulgação de normas e procedimentos de acesso, a abertura de espaços de contencioso no interior da agência e o uso de variados veículos para prestação de contas e esclarecimento dos diferentes públicos.

Nesse espírito de transparência, a avaliação das ações de regulação ou fomento constitui procedimento indispensável. Dada a natureza da experiência nativa e as limitações inerentes ao transplante de experiências estrangeiras, defende-se uma estratégia gradual de implantação de práticas avaliatórias que favoreçam os esforços de aprendizagem.

Anna Maria Campos, Jorge Paula Costa Avila e Dêrcio Santiago da Silva Jr. Avaliação de agências reguladoras: uma agenda de desafios para a sociedade brasileira. In: *Revista de Administração Pública (RAP)*, v. 34, n.º 5, Rio de Janeiro, set.-out./2000, p. 29-46 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos ao texto precedente.

- 1 No trecho "Quanto maior a vulnerabilidade da cultura política aos desequilíbrios na distribuição de poder, maiores os desafios de compensar esses desequilíbrios, seja mediante a concepção da estrutura da agência, seja pelo seu funcionamento" (segundo parágrafo), a supressão da vírgula após o vocábulo "desequilíbrios" não comprometeria a correção gramatical nem a organização das informações no texto.
- 2 O sujeito da oração constituída pela forma verbal "ocupe", ao final do primeiro parágrafo, encontra-se elíptico e sua referência é recuperada no primeiro período do texto.

- 3 No primeiro parágrafo, as locuções verbais "vem-se configurando" e "vai-se retirando" expressam continuidade e progressividade, em consonância com a ideia expressa na oração que inicia o texto.
- 4 No último período do texto, a substituição da expressão "práticas avaliatórias" por **práticas de avaliação** ou por **práticas avaliativas** manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 5 Entende-se do último parágrafo que a avaliação das ações de regulação ou fomento no Brasil deve considerar as especificidades locais e não se limitar à importação de modelos estrangeiros.
- 6 No trecho "Quanto maior a vulnerabilidade da cultura política aos desequilíbrios na distribuição de poder, maiores os desafios de compensar esses desequilíbrios" (segundo parágrafo), observa-se uma relação de proporcionalidade.
- 7 No terceiro parágrafo, a substituição do segmento "Nesses se incluem" por **Entre eles estão** preservaria a correção gramatical e a relação de sentido estabelecida no texto.
- 8 Seria mantida a correção gramatical do último período do primeiro parágrafo caso o vocábulo "contra" fosse substituído por **frente**.
- 9 Do trecho "A par do arcabouço legal que baliza os procedimentos de cada agência, ganha importância o próprio modo de operação" (terceiro parágrafo) infere-se uma ideia de contraste entre a lei e o modo de operação das agências, ideia essa marcada pela expressão coesiva "A par", de valor adversativo.
- 10 O vocábulo "transplante" é empregado no último parágrafo do texto em sentido denotativo, referindo-se à transferência material de modelos externos às práticas institucionais brasileiras.

Espaço livre

A regulação e a fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são fundamentais para a manutenção do equilíbrio dos interesses dos usuários e dos agentes regulados e a consequente promoção da saúde e da qualidade de vida da população, além de contribuir para a sustentabilidade.

Atualmente, a ARSAL regula e fiscaliza os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em 86 municípios, por meio de contratos de convênio de cooperação, contratos de programa ou contratos de concessão.

Nos municípios que compõem os blocos de concessão, mas cuja prestação do serviço já era feita pela CASAL, a prestadora figura como produtora de água, enquanto as concessionárias são responsáveis pela distribuição de água, pela gestão comercial e pelos sistemas de esgotamento sanitário. Nos municípios em que a prestação era individualizada por serviço autônomo, a nova prestadora atua em regime de concessão plena. Já para os municípios em que a CASAL presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas que não fazem parte das concessões, ela segue como responsável integralmente pelos sistemas de água e esgoto. Nos demais municípios em que não há participação da CASAL ou de operadores privados, os serviços são prestados pelo município (diretamente) ou pela ARSAL (indiretamente).

Internet: <<https://arsal.al.gov.br>> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos ao texto precedente, a suas ideias e a seus aspectos linguísticos.

- 11 No primeiro período do último parágrafo, a função sintática do segmento "pela CASAL" é distinta da desempenhada pelos segmentos "pela distribuição de água", "pela gestão comercial" e "pelos sistemas de esgotamento sanitário".
- 12 De acordo com o texto, contratos de convênio de cooperação, contratos de programa ou contratos de concessão propiciaram a expansão da atuação da ARSAL para 86 municípios.
- 13 No trecho "A regulação e a fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são fundamentais para a manutenção do equilíbrio" (primeiro parágrafo), a substituição do segmento "são fundamentais" pela forma verbal **servem** seria gramaticalmente correta, mas alteraria os sentidos do texto.
- 14 No primeiro parágrafo, a flexão de plural em cada um dos vocábulos da expressão "dos serviços públicos" justifica-se pela relação de concordância nominal que eles estabelecem com os termos "de abastecimento de água" e "de esgotamento sanitário".
- 15 No último parágrafo do texto, predomina a tipologia informativa.
- 16 No último parágrafo, o segmento "a prestadora", em "a prestadora figura como produtora de água", e o pronome "ela", em "ela segue como responsável integralmente pelos sistemas de água e esgoto", atuam como elementos de coesão referencial que têm em comum o mesmo referente.

Na atualidade, saneamento básico se tornou algo tão comum que muitos não têm o mínimo conhecimento de sua importância para a qualidade de vida de uma comunidade. Ao escutar a expressão "saneamento básico", a primeira definição que vem à mente de muitos é "água potável e esgoto", e isso não está errado. Porém, saneamento básico vai além do serviço de água e esgoto: limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas são exemplos da abrangência do termo.

O desenvolvimento do saneamento básico ocorreu de maneira lenta e gradual no decorrer da história da humanidade. O desenvolvimento da bacteriologia contribuiu para as pessoas darem valor à saúde sanitária, bem como para o desenvolvimento de meios de obter água potável, protegê-la de possíveis contaminações e ampliar as ações preventivas. Lamentavelmente, a história não foi suficiente para ensinar o ser humano a priorizar e lutar pelo saneamento básico. Ainda hoje cerca de 1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável e diariamente doenças ligadas à qualidade da água e deficiência de saneamento provocam a morte de cerca de 6 mil crianças no mundo.

Rafael Rodrigo Licheski Díaz e Larissa dos Reis Nunes.

A evolução do saneamento básico na história e o debate de sua privatização no Brasil.

In: Revista de Direito da Faculdade Guanambi, v. 7, n.º 2, 2020, p. 2 (com adaptações).

Considerando as ideias e estruturas gramaticais do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 17 No trecho "Na atualidade, saneamento básico se tornou algo tão comum" (início do texto), a alteração da posição proclítica do pronome átono "se" para a posição enclítica — **tornou-se** — prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 18 No período "Ao escutar a expressão 'saneamento básico', a primeira definição que vem à mente de muitos é 'água potável e esgoto', e isso não está errado." (primeiro parágrafo), o emprego da vírgula é obrigatório tanto após 'saneamento básico' quanto após 'água potável e esgoto', justificando-se pela mesma razão gramatical.
- 19 No segundo parágrafo, expõe-se uma situação paradoxal: de um lado, a valorização da saúde sanitária e o desenvolvimento de meios de obtenção de água potável; de outro, a inércia diante das deficiências no saneamento básico e a desigualdade de acesso à água potável.
- 20 De acordo com o texto, a maioria das pessoas tem acesso a uma versão limitada do conceito de saneamento básico e, devido a essa limitação, elas desconhecem a real dimensão dessa medida para a qualidade de vida de uma comunidade.

Julgue os próximos itens, referentes ao sistema operacional Windows, ao Microsoft Word e ao Microsoft Excel.

- 21 No Microsoft Word, é possível a criação de sumários automáticos a partir da correta aplicação de estilos.
- 22 Ao se utilizar o comando  + , é aberto o Explorador de Arquivos, o que agiliza o acesso a documentos armazenados no computador.
- 23 No Microsoft Excel, a aplicação do símbolo de cifrão antes do indicador de coluna da coordenada de uma célula cria uma referência absoluta, o que impede que o endereço da célula mude ao se copiar a fórmula para outro local.

Julgue os itens que se seguem, relacionados a redes de computadores e organização de pastas.

- 24 No Microsoft Edge, quando utilizada a navegação no modo InPrivate, não são salvos o histórico de navegação, *cookies* nem dados de formulários no dispositivo após o fechamento das janelas.
- 25 Os operadores lógicos AND e OR possuem a mesma função na pesquisa do Google, e apenas a ordem de apresentação dos resultados varia.
- 26 Atalhos funcionam como ponteiros para o arquivo original, permitindo o acesso a partir de múltiplos locais, mas com a desvantagem de duplicar o consumo de armazenamento.

Julgue os próximos itens, que tratam de segurança da informação.

- 27 *Phishing* é um tipo de *malware* que criptografa os dados da vítima e exige o pagamento de resgate para restabelecer o acesso aos arquivos.
- 28 No *backup* do tipo incremental, o sistema copia exclusivamente os arquivos que tenham sido modificados ou criados desde a realização da última cópia, o que otimiza o tempo de execução e reduz o espaço de armazenamento necessário.
- 29 Programas antivírus utilizam análise heurística para a identificação de ameaças digitais, inclusive das desconhecidas.

Alagoas possui seis regiões turísticas reconhecidas no **Mapa do Turismo Brasileiro** (2025), que se distribuem do litoral ao sertão, englobando diferentes atrativos. Acerca do turismo alagoano e da sua participação na economia do estado, julgue os itens seguintes.

- 30 O turismo alagoano, enquanto atividade econômica, impulsiona a geração de empregos e renda, o desenvolvimento de infraestruturas e os setores de alojamento, alimentação e eventos no estado de Alagoas, sendo a capital, Maceió, a principal cidade turística e o principal local de entrada de turistas estrangeiros e brasileiros no estado.
- 31 O incentivo aos segmentos turísticos de valorização cultural, como o turismo criativo e de base comunitária, é uma forma de fomentar o turismo nas regiões alagoanas cujo fluxo de turistas não é tão expressivo quanto o circuito tradicional, formado pelos destinos de sol e praia, como Maceió e arredores.
- 32 O alto custo das passagens aéreas, a valorização do real e a crise econômica mundial diminuíram a venda de pacotes turísticos para Alagoas nos últimos dois anos, principalmente no mercado internacional, o que impactou a economia local, movimentada principalmente pelos gastos diários de turistas estrangeiros durante sua estada na cidade.

A respeito da organização e da estrutura dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em Alagoas, julgue os itens a seguir.

- 33 O Poder Executivo do estado de Alagoas, cuja sede é o Palácio República dos Palmares, é exercido pelo governador do estado, responsável pela administração estadual e aplicação da legislação no ente federativo.
- 34 O Poder Judiciário em Alagoas é constituído apenas pela justiça estadual, responsável pelo julgamento de demandas locais, cíveis e criminais, e de causas que envolvam a União, autarquias ou empresas públicas federais.
- 35 O Poder Legislativo alagoano é exercido pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, que é composta de 32 deputados estaduais e é responsável pela elaboração de leis e de políticas estaduais.

Acerca da agroindústria canavieira em Alagoas e de sua participação na matriz energética do estado, julgue os próximos itens.

- 36 A cultura agrícola da cana-de-açúcar em Alagoas desenvolve-se em áreas de relevo de planície, condição geográfica que facilita a mecanização total das atividades de corte e colheita da cana e a consequente substituição da mão de obra humana nesses processos.
- 37 Resíduos agrícolas da indústria canavieira, como a palha e o bagaço da cana-de-açúcar, podem ser queimados para a geração de energia termoeletrica e de etanol de segunda geração, o que contribui para a eficiência energética das usinas e, consequentemente, para a matriz energética alagoana.
- 38 A mecanização do corte da cana-de-açúcar em Alagoas elimina a necessidade de queima prévia e propicia a incorporação de matéria orgânica ao solo, o que reduz custos operacionais e melhora as condições de umidade e conservação do solo.

Zumbi dos Palmares (1655-1695) é umas das figuras históricas mais importantes e representativas da resistência negra contra a escravidão no Brasil Colonial. Em relação à liderança de Zumbi dos Palmares na história alagoana e brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 39 A liderança militar e política de Zumbi dos Palmares, associada ao grande número de quilombolas armados e ao conhecimento estratégico que eles tinham da Serra da Barriga, ocasionou o envio ao Quilombo dos Palmares, pela Coroa Portuguesa, de tropas equipadas com artilharia pesada, que, sob o comando do general Domingos Jorge Velho, encurralaram e derrotaram os quilombolas.
- 40 A liderança de Zumbi dos Palmares frente ao Quilombo dos Palmares, reconhecido como o maior refúgio de escravizados fugitivos da América Latina, foi um marco histórico que se tornou símbolo político do movimento negro brasileiro na luta por igualdade racial e contra o racismo estrutural.
- 41 O crescimento econômico e político do Quilombo dos Palmares sob a liderança de Zumbi dos Palmares e o temor da constituição de um estado independente, negro e livre na então província da Bahia (atual território alagoano) motivaram a guerra dos portugueses contra os quilombolas, durante a qual outras lideranças negras, como Ganga Zumba e Acotirene, se uniram a Zumbi dos Palmares.

No que concerne à administração pública e aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 42 A legislação brasileira não admite a delegação nem a avocação de competências administrativas, salvo quando houver autorização judicial específica para o deslocamento do exercício da competência.
- 43 A distribuição interna de competências no âmbito de um ministério, mediante criação de órgãos e unidades sem personalidade jurídica própria, caracteriza a desconcentração administrativa, ao passo que a criação ou atuação de entidade integrante da administração indireta vinculada ao mesmo ministério configura descentralização administrativa.
- 44 Quando a administração pública explicita os pressupostos de fato e de direito que fundamentam a prática de determinado ato administrativo, a validade do ato passa a depender da existência e da veracidade desses motivos, ainda que o ato seja praticado no exercício de competência discricionária.

Em relação à gestão por competências e às tendências em gestão de pessoas no setor público, julgue os itens a seguir.

- 45** A administração pública deve fomentar uma cultura de resultados baseada predominantemente na competição entre unidades e servidores, uma vez que a lógica competitiva constitui o principal mecanismo para o alcance de melhores resultados no setor público.
- 46** No mapeamento de competências, a identificação das competências profissionais deve partir da estratégia organizacional e da análise das lacunas entre as competências necessárias e as já disponíveis, sendo inadequada a adoção de listas genéricas, ainda que compostas por atributos como liderança, criatividade ou proatividade.

Julgue os itens que se seguem, com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021.

- 47** Nas licitações destinadas à celebração de contrato de eficiência, o critério de julgamento por maior retorno econômico permite que a remuneração do contratado seja previamente fixada em valor certo e desvinculada da economia efetivamente obtida, desde que a proposta de trabalho demonstre potencial de redução de despesas para a administração pública.
- 48** Nos convênios e instrumentos congêneres firmados entre entes públicos ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, há, tal como nos contratos administrativos típicos, contraposição de interesses e remuneração do contratado pela execução de objeto em favor da administração pública.
- 49** A inexigibilidade de licitação pressupõe inviabilidade de competição, de modo que sua caracterização não decorre da mera conveniência administrativa, exigindo demonstração objetiva da impossibilidade de disputa competitiva no caso concreto.
- 50** A sanção de impedimento de licitar e contratar produz efeitos perante a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, assim como ocorre com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, relacionados a fontes do direito administrativo, administração pública, ato administrativo e agentes públicos.

- 51 Sendo avaliação especial de desempenho condição para aquisição da estabilidade e não sanção disciplinar, o servidor ocupante de cargo efetivo pode ser desligado ao final do estágio probatório por decisão administrativa motivada, sendo exigíveis o contraditório e a ampla defesa; uma vez adquirida a estabilidade, porém, a perda do cargo, nos termos da Constituição Federal de 1988, poderá ocorrer unicamente em decorrência de processo administrativo disciplinar ou de sentença judicial transitada em julgado.
- 52 A decadência administrativa relaciona-se à segurança jurídica e à proteção da confiança, funcionando como limite temporal ao exercício da autotutela quando atos favoráveis ao administrado se estabilizam, especialmente diante de boa-fé e prolongamento de efeitos no tempo.
- 53 Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, a administração pública compreende o conjunto de órgãos, entidades e agentes incumbidos do desempenho da função administrativa do Estado, cabendo predominantemente ao governo a função política de direção superior do Estado.
- 54 No estágio atual do direito administrativo brasileiro, a jurisprudência supera a lei como fonte normativa primária da atuação administrativa, inclusive para afastar comandos legais válidos quando a administração entender mais eficiente seguir precedente não vinculante.
- 55 A presunção de legitimidade do ato administrativo desloca para o administrado o ônus inicial de impugnação e, por configurar presunção absoluta, impede que o Poder Judiciário examine a suficiência, a existência ou a veracidade dos motivos invocados pela administração, salvo quando se tratar de ato vinculado.
- 56 A revogação de ato administrativo válido decorre de juízo de conveniência e oportunidade da administração, produzindo, em regra, efeitos prospectivos, ao passo que a anulação tem por fundamento a ilegalidade do ato.
- 57 No serviço público, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, as funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinando-se os cargos em comissão apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Em relação aos poderes da administração pública e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 58 A designação clássica "poder de polícia" vem sendo substituída, na doutrina do direito administrativo, pela expressão "limitação administrativa".
- 59 O poder regulamentar autoriza o chefe do Poder Executivo, mediante decreto, a criar obrigações primárias aos particulares quando houver necessidade de complementar a lei, sendo esse o caso do chamado decreto autônomo.
- 60 Segundo entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por omissão é subjetiva, ainda que exista dever jurídico específico de agir, como ocorre em situações de custódia estatal de detento, casos em que, para a responsabilização do poder público, será necessário demonstrar os elementos caracterizadores da culpa da administração.

No que concerne à organização administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 61 As organizações da sociedade civil de interesse público, uma vez qualificadas pelo poder público, passam a integrar, para fins legais, a administração pública indireta como entidades administrativas descentralizadas, sujeitando-se ao controle dos tribunais de contas.
- 62 Autarquias estaduais são criadas, obrigatoriamente, por lei específica, sendo-lhes conferida personalidade jurídica de direito público, ao passo que empresas públicas e sociedades de economia mista são instituídas por autorização legislativa, sendo-lhes conferida personalidade jurídica de direito privado, sem que isso as retire da administração indireta ou as libere integralmente da incidência de princípios administrativos, embora não estejam sujeitas à Lei de Licitações, mas a lei específica e regulamentos próprios.

Julgue os itens seguintes, relativos a controle da administração pública e licitações e contratos administrativos.

- 63 À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, o sistema de registro de preços somente pode ser adotado para casos em que seja realizada prévia licitação, sendo incompatível com hipóteses de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, ainda que observada, por analogia, a regulamentação pertinente.
- 64 Conforme entendimento do STF, são constitucionais as alterações da Lei de Improbidade Administrativa que passaram a exigir dolo para a configuração dos atos de improbidade, sendo insuficiente a mera voluntariedade do agente para caracterizá-lo, uma vez que, nos termos dessa lei, é necessária a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, dos princípios e dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 65 O brasileiro nato poderá ser extraditado se houver comprovado envolvimento dele em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- 66 É assegurado o direito à nacionalidade brasileira originária à pessoa que, nascida no exterior, foi adotada por pessoa brasileira e registrada em órgão consular competente.
- 67 Na interpretação das normas programáticas, o intérprete deve ter em perspectiva a intangibilidade do mínimo existencial, fundado no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.
- 68 A gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores sem que isso seja de conhecimento do outro, quando ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação, é considerada prova ilícita.
- 69 De acordo com o posicionamento do STF, a determinação de exames ginecológicos invasivos para fins de etapa de concurso público é, independentemente da idade da candidata, discriminatória e afronta os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da isonomia.

Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens seguintes com base na Constituição Federal de 1988 (CF).

- 70 É vedado às câmaras municipais gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores do município.
- 71 A CF exige estudo de viabilidade estadual, apresentado e publicado na forma da lei, como requisito para a incorporação, a subdivisão ou o desmembramento de estados para a formação de outros estados ou de territórios federais.

No que diz respeito à organização dos Poderes, suas competências e atribuições, julgue os itens subsequentes.

- 72** De acordo com a CF, um quinto dos lugares dos tribunais superiores será composto por membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e por advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- 73** A atribuição do presidente da República de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, pode ser delegada aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.
- 74** O poder de fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é, em regra, outorgado individualmente aos membros de cada câmara do Congresso Nacional.
- 75** A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta de emenda na mesma sessão legislativa, desde apresentada pela maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.
- 76** As comissões parlamentares de inquérito (CPI) têm permissão legal para encaminhar relatório circunstanciado ao Ministério Público, à AGU e a outros órgãos públicos, podendo veicular documentação que possibilite a instauração de inquérito policial contra pessoas envolvidas nos fatos apurados pela CPI.

Acerca das funções essenciais à justiça e das finanças públicas, julgue os itens subsecutivos.

- 77** O Banco Central do Brasil poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros, sendo-lhe vedado, entretanto, conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- 78** Aos membros da Defensoria Pública são asseguradas a inamovibilidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade de subsídios.

Julgue os itens a seguir, com base no disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- 79** A sentença estrangeira que verse sobre direitos reais relativos a imóveis situados no Brasil poderá produzir efeitos independentemente da competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.
- 80** No Brasil, em regra, a lei começa a vigorar quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- 81** A lei nova revoga a anterior apenas quando houver revogação expressa.

Julgue os itens subsequentes, relativos a pessoas naturais.

- 82** O pseudônimo adotado para atividades lícitas recebe proteção jurídica equivalente à conferida ao nome civil.
- 83** O estado civil da pessoa natural é considerado atributo da personalidade e pode ser modificado por convenção entre particulares levada a registro.
- 84** Os direitos da personalidade são, em regra, intransmissíveis e irrenunciáveis, e seu exercício não pode sofrer nenhuma limitação voluntária.
- 85** A incapacidade relativa impede a prática de certos atos da vida civil.

No que diz respeito às pessoas jurídicas, julgue os itens seguintes.

- 86** Uma associação constituída para defender os interesses de usuários de serviços regulados por agência reguladora de serviços públicos poderá distribuir lucros entre seus associados, desde que essa previsão conste de seu estatuto.
- 87** Os administradores respondem pessoalmente pelos atos praticados em nome da pessoa jurídica quando esta não possuir patrimônio suficiente para satisfazer suas obrigações.
- 88** Às pessoas jurídicas é garantida legalmente a proteção aos direitos da personalidade.
- 89** As pessoas jurídicas de direito privado somente adquirem existência legal com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, quando exigido.
- 90** De acordo com o Código Civil, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada nos casos em que o inadimplemento contratual da pessoa jurídica prejudicar a execução do contrato.
- 91** Dissolvida, a pessoa jurídica conserva personalidade jurídica apenas para os atos necessários à liquidação.
- 92** Nas sociedades simples, salvo disposição contratual em contrário, as deliberações sociais são tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas.

Julgue os itens que se seguem, relativos a mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.

- 93** A ação civil pública obedece ao prazo prescricional de cinco anos.
- 94** Os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo beneficiarão o impetrante de mandado de segurança individual se ele desistir da ação individual no prazo de 60 dias após tomar ciência da impetração coletiva.
- 95** Em sentença concessiva de mandado de segurança, é cabível assegurar a servidor público da administração direta ou indireta o pagamento de vantagens pecuniárias relativas a parcelas vencidas nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação e a prestações vincendas a partir do ajuizamento do *mandamus*.
- 96** A prescrição das sanções aplicáveis pela prática de ato de improbidade administrativa impede o prosseguimento da ação de improbidade administrativa quanto à pretensão de ressarcimento de eventuais danos causados ao erário.
- 97** Em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, é incabível a cumulação de pedidos de natureza condenatória, declaratória e constitutiva.
- 98** Em razão do caráter personalíssimo do mandado de segurança, não se admite sucessão processual na fase de conhecimento, nem mesmo pelo espólio, impondo-se a extinção do processo sem resolução de mérito.
- 99** A sentença que julgar improcedente a ação popular estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, produzindo efeitos apenas depois de sua confirmação pelo tribunal.
- 100** Na hipótese de inércia do autor da ação popular, o Ministério Público será intimado para que seja dado o prosseguimento da ação, incumbindo-lhe, ainda, promover a execução da sentença condenatória, caso haja inércia dos respectivos legitimados.

Julgue os itens a seguir, relativos à preclusão, aos meios de impugnação das decisões judiciais, a jurisdição, às condições da ação e a pressupostos processuais.

- 101** O interesse processual, aferido com base nas alegações aduzidas na petição inicial, caracteriza-se pela presença do binômio necessidade e utilidade.
- 102** No caso de interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão judicial, é admitido o conhecimento apenas do recurso protocolado por último.
- 103** A apelação interposta após o prazo legal é intempestiva e configura vício insanável decorrente de preclusão consumativa, o que impede o conhecimento do recurso.

Julgue os itens seguintes, acerca dos sujeitos do processo.

- 104** A representação em juízo de estado da Federação é exercida pelo governador, e a de município, pelo prefeito.
- 105** O juiz nomeará curador especial se os interesses do incapaz colidirem com os do seu representante legal, cabendo à Defensoria Pública exercer a curatela especial.
- 106** A parte vencida responderá apenas pelos honorários sucumbenciais fixados pelo juízo em decorrência da sucumbência, não sendo responsável pelos honorários contratuais ajustados entre a parte vencedora e seu advogado.

A filial da empresa onde João trabalhava encerrou suas atividades em 5 de abril de 2026. Em decorrência disso, em 5 de maio de 2026, o contrato de emprego dele foi rescindido.

Considerando essa situação hipotética e os direitos constitucionais assegurados aos trabalhadores, julgue os itens que se seguem.

- 107** O FGTS é um direito dos trabalhadores previsto no texto constitucional e, no caso apresentado, João tem direito a movimentar a conta vinculada ao FGTS.
- 108** Caso queira reivindicar, perante a justiça do trabalho, créditos resultantes da referida relação de emprego, João terá até 5 de maio de 2028 para ajuizar a ação judicial cabível.
- 109** A relação de emprego de João é protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, e ele faz jus à indenização compensatória.
- 110** Cumpridos os requisitos legais, João poderá receber o seguro-desemprego, que é direito previsto expressamente no texto constitucional para o caso de desemprego involuntário.

Caio é trabalhador celetista e exerce suas atividades em ambiente insalubre classificado em grau médio. Eventualmente, ele labora em regime de horas extras.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 111** Para calcular o pagamento das horas extras cumpridas por Caio, o empregador deve utilizar, como base de cálculo, o resultado da soma do salário contratual acrescido do adicional de insalubridade.
- 112** Nos termos da CLT, é considerada insalubre a atividade que implica risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a manuseio de inflamáveis, explosivos ou energia elétrica, ou do exercício de segurança patrimonial.
- 113** Em razão do exercício de trabalho em condições insalubres em grau médio, é assegurada a Caio a percepção de adicional de insalubridade, salvo se o empregador lhe disponibilizar equipamento de proteção individual que atenua a intensidade do agente nocivo, ainda que esta se mantenha acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- 114** O percentual do adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário-base do empregado.

Maria, empregada celetista, trabalha em regime de turnos ininterruptos de revezamento de 6 horas. A cada turno, a empresa lhe concede um intervalo de 15 minutos para lanche e descanso.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, acerca da duração do trabalho.

- 115** No caso apresentado, o intervalo para descanso e alimentação da trabalhadora denomina-se interjornada.
- 116** Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, não descaracteriza o turno de revezamento.
- 117** Turno ininterrupto de revezamento é a jornada em que o trabalhador reveza, de forma alternada, entre horários diurnos e noturnos (manhã, tarde e noite) para manter a operação contínua da empresa.
- 118** Segundo o texto constitucional, ressalvada negociação coletiva, o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento obedece à jornada de seis horas.
- 119** A atuação da empresa está correta com relação à concessão do intervalo, porquanto, para o trabalho que não exceda 6 horas, é obrigatório um intervalo de 15 minutos.
- 120** O intervalo para descanso e alimentação de Maria caracteriza hipótese de interrupção do contrato de trabalho.

Espaço livre